

## EDITORIAL

Prezadas(os) leitoras(es),

Um ano sem Marielle Franco. Socióloga, feminista e política, Franco era “cria da Maré”, um complexo de 16 favelas localizado na Zona Norte da capital fluminense e que, de acordo com o e-jornal *O Cidadão do bairro Maré*<sup>1</sup>, atualmente, conta com cerca de 129 mil moradores. Segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em todo o país, Marielle Franco foi eleita em 2016. Durante seus dois anos no cargo, Franco buscou atuar como representante política de minorias sociais (mulheres, população LGBT, negros e moradores de favela) e combateu a intervenção federal, em 2018, no estado do Rio de Janeiro. Também conhecida como intervenção militar, a proposta dessa força tarefa era controlar o aumento vertiginoso da violência na cidade do Rio de Janeiro e assegurar uma reorganização no tecido social.

Contudo, Franco e demais opositores a essa ação truculenta acusavam que tal ingerência produzida pelo governo Michel Temer não resolvia as reais demandas dessa população historicamente marginalizada. Pelo contrário, buscava ofuscar a sua impopularidade crescente que seguiu crescendo vertiginosamente desde que assumiu a presidência nacional, em 2016, através do golpe parlamentar. De fato, o resultado não poderia ter sido mais catastrófico. O exército armado subiu as favelas e causou a morte de mais de 200 civis. Sem consequências efetivas, a intervenção foi levada ao esquecimento por aqueles que tudo acompanham e protestam através das mídias digitais. Todavia, no dia 14 de março de 2018, em meio as constantes denúncias sobre abuso policial e violações aos direitos humanos produzidas por tal intervenção, Franco

---

<sup>1</sup> Pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <http://jornalocidadao.net/>

foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Centro do Rio de Janeiro. A principal linha de investigação diz que se tratou de uma execução. Contudo, completamos um ano sem saber quem a ordenou.

O nome de Marielle Franco segue presente no grito de amplos setores historicamente marginalizados no contexto urbano brasileiro. Sobretudo, em tempos de cortes em investimentos necessários para o desenvolvimento social entre os menos abastados. Esses, aliás, são alguns dos desafios que o dossiê dessa edição da *Argumentos*, Revista do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG), propõe analisar. “*Contextos Urbanos na perspectiva das Ciências Sociais*” é o dossiê organizado, pelos antropólogos sociais Sílvia Monnerat (FGV/CPDOC) e Cleiton Vieira (UFRN). Ele agrupa artigos que refletem acerca dos diversos desafios urbanos enfrentados pelas cidades brasileiras. Acesso ao lazer, políticas de infraestrutura urbana e instauração de programas sociais para moradores de ruas, entre outros temas são abordados nesse dossiê. Maiores informações a respeito do dossiê serão exploradas no artigo de abertura, redigido pelos organizadores.

Uma foto da rua Gonçalves Ledo, no bairro da Cidade Alta, em Natal, ilustra nossa edição. Ela foi produzida por José Duarte Barbosa Junior, estudante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da UFRN, e professor no IFRN. Duarte Junior tem desenvolvido pesquisas em antropologia urbana e visual na capital Potiguar. Em particular, explora o graffiti enquanto uma interação artística na cidade, capaz de interagir e comunicar na paisagem urbana. Um pouco mais de seu trabalho pode ser acessado na seguinte página: <https://www.flickr.com/photos/duartrix/>

Essa edição conta, ainda, com sua seção de artigos em fluxo contínuo e uma resenha. Temos, assim, o artigo *Povo de terreiro, povo de axé ou comunidades tradicionais de mátria africana: identidade afro-religiosa na esfera pública*, de Taísa Domiciano Castanha. Baseado em uma análise da Audiência Pública ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em setembro de 2017, Taísa analisa a emergência da identidade do grupo religioso afro-brasileiro na esfera pública. A autora debate os processos de construção de uma identidade afro-religiosa nos quais tradição, ancestralidade e intolerância religiosa ocupam um lugar de destaque. Já o artigo *Os desafios para a economia solidária em uma sociedade do consumo*, de Ednalva Felix das Neves, Gabriela Gonzales Mezzacappa e Valter Palmieri Júnior explora, por meio de uma

leitura crítica, o papel do consumo para a Economia Solidária. Por fim, os artigos *Precariedade e Biopolítica: uma leitura do dispositivo de segurança em Michel Foucault*, de Ildenilson Meireles e *Performatoses do tecido social necrosado: endodissidências no eixo da necrobiopolítica e resistência à violência como uma nova epistemologia*, de Ribamar Junior e Lore Fortes, desenvolvem ricas análises sobre a precariedade de vidas e formas de resistência dentro da lógica capitalista neoliberal e sua necropolítica. Em suma, exploram, respectivamente, o pensamento de Michael Foucault, Sayak Valencia Triana e Achille Mbembe. Por fim, contamos com a resenha *Dilemas éticos e morais no discurso tecnocientífico do aconselhamento genético*, de André Pereira. Seu texto introduz o livro *Híbridos e Mutantes: estudo comparativo entre aconselhamento genético e eugenia*, de Bruno Lucas Saliba de Paula, recém-publicado pela Editora Unimontes. Pereira demonstra como, no livro, o aconselhamento genético apresenta elementos fundantes da eugenia durante o século XIX. Em diálogo com os dois artigos anteriores, trata-se de uma forma do exercício da biopolítica, pois não é uma ação política vertical imposta, pelo estado, sobre a população, mas um controle descentralizado e *in-corporado* por sujeitos enquanto um cuidado de si.

Desejamos à todxs uma ótima leitura!

Atenciosamente,

*Gustavo Dias,  
Giancarlo Machado,  
e Comissão Editorial*